

# Caderno de Encargos

---

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE  
VIDEOVIGILÂNCIA EM ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS**

## **CADERNO DE ENCARGOS**

### **AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE VIDEOVIGILÂNCIA EM ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS**

#### **PARTE I - DISPOSIÇÕES JURIDICAS**

##### **CLÁUSULA 1.<sup>a</sup> - OBJETO DO PROCEDIMENTO**

1. O presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços de instalação de sistemas de videovigilância em estabelecimentos prisionais, e compreende os seguintes lotes:
  - a) Lote 1: Estabelecimento Prisional de Beja;
  - b) Lote 2: Estabelecimento Prisional de Vale de Judeus.
2. A instalação referida no número anterior consiste no fornecimento de um sistema de videovigilância para os referidos estabelecimentos prisionais, incluindo o respetivo equipamento e a prestação de serviços de instalação e configuração do mesmo, de acordo com as cláusulas técnicas definidas no presente caderno de encargos e respetivos anexos.

##### **CLÁUSULA 2.<sup>a</sup> - PREÇO BASE**

1. O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato é de € 202.000,00, a que acresce IVA à taxa legal em vigor, que corresponde ao somatório dos preços base dos 2 lotes a concurso, concretamente:
  - a) Lote 1: € 90.000,00, a que acresce IVA à taxa legal em vigor;
  - b) Lote 2: € 112.000,00, a que acresce IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, designadamente:
  - a) Despesas com deslocações, estadias e despesas de alimentação com os colaboradores do adjudicatário;
  - b) Encargos com meios técnicos e/ ou tecnológicos relacionados com o fornecimento e instalação do equipamento objeto do contrato a celebrar;

- c) Seguro de acidentes de trabalho.

### **CLÁUSULA 3.<sup>a</sup> - PRAZO DE VIGÊNCIA**

1. O contrato terá a duração de 2 meses contados da data sua assinatura, em conformidade com os termos e condições do presente caderno de encargos e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.
2. O adjudicatário comunica à entidade adjudicante, preferencialmente por meio eletrónico, para os endereços identificados na Cláusula 21.<sup>a</sup>, a data em que inicia o fornecimento do sistema de videovigilância no estabelecimento prisional, com a antecedência de cinco dias.

### **CLÁUSULA 4.<sup>a</sup> - LOCAL DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS**

1. O fornecimento e instalação do sistema de videovigilância objeto do contrato, por referência a cada um dos lotes, é efetuado e executado nas seguintes instalações:
  - a) Lote 1: Estabelecimento Prisional de Vale de Judeus, situado em Vale de Judeus, 2065-285 Alcoentre;
  - b) Lote 2: Estabelecimento Prisional de Beja, situado na Rua de Lisboa, n.º 81, 7800-292 Beja.
2. Os *switches* são previamente entregues na Travessa da Cruz do Torel, n.º 1, em Lisboa, para configuração, e subsequentemente levantados no mesmo local pelo adjudicatário, para instalação nos locais de destino referido no n.º 1, incumbindo ao adjudicatário o respetivo transporte e os custos a este inerentes.
3. A execução do contrato por parte da entidade adjudicante é acompanhada pelo Gestor do Contrato, melhor identificado na Cláusula 20.<sup>a</sup>.

### **CLÁUSULA 5.<sup>a</sup> - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

1. O pagamento será efetuado no prazo 30 dias a contar da data da receção da fatura correspondente, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação a que se refere.

2. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante quanto aos valores indicados na fatura, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura, devidamente corrigida.
3. As faturas devem discriminar os serviços a que se reportam, o número do contrato bem como o número de compromisso financeiro associado, o qual será indicado pela entidade adjudicante, sob pena da sua devolução.
4. Desde que devidamente emitida e observado o disposto no n.º 1, a fatura será paga através de transferência bancária, para o NIB/IBAN indicado em documento bancário apresentado pelo adjudicatário o qual deverá ser atualizado sempre que necessário.
5. Em caso de atraso no cumprimento das obrigações pecuniárias por parte da entidade adjudicante, o adjudicatário tem o direito aos juros de mora sobre o montante em dívida, nos termos previstos no artigo 326.º do CCP e da Lei n.º 3/2010, de 27 de abril.

#### **CLÁUSULA 6.ª - RESOLUÇÃO POR PARTE DA ENTIDADE ADJUDICANTE**

1. Se o adjudicatário não cumprir de forma exata e pontual as obrigações contratuais, ou parte delas, por facto que lhe seja imputável, a entidade adjudicante notificá-lo-á para cumprir no prazo de 15 dias a contar da notificação escrita para o efeito.
2. Mantendo-se a situação de incumprimento, após o decurso do prazo referido no ponto anterior, a entidade adjudicante resolverá o contrato por fundamento em incumprimento definitivo, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais, nomeadamente, por danos emergentes.
3. Para efeitos do disposto nos números anteriores, considera-se incumprimento contratual, nomeadamente:
  - a) Atrasos significativos na execução dos serviços contratados;
  - b) Execução defeituosa e a sua não correção em tempo útil / imediata.
4. O disposto nos números anteriores não prejudica as ações de responsabilidade civil por factos verificados durante o período de execução.

#### **CLÁUSULA 7.<sup>a</sup> - RESOLUÇÃO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei ou de outras situações de grave violação assumidas pela entidade adjudicante especialmente previstas no contrato, o adjudicatário pode resolver o contrato nas seguintes situações:
  - a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
  - b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à entidade adjudicante;
  - c) Incumprimento das obrigações pecuniárias pela entidade adjudicante quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
2. Nos casos previstos no ponto anterior, o direito à resolução do contrato pode ser exercido mediante comunicação enviada à entidade adjudicante, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescido dos juros de mora a que houver lugar.

#### **CLÁUSULA 8.<sup>a</sup> - OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO ADJUDICATÁRIO**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, decorre para o adjudicatário, por referência a cada um dos lotes, a obrigação de proceder ao fornecimento de um sistema de videovigilância, de acordo com a sua proposta, respeitando integralmente as especificações constantes do presente caderno de encargos, bem como dos anexos que o compõem.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, decorrem ainda para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
  - a) Entregar o sistema de videovigilância em estado de pleno funcionamento, sem quaisquer ónus ou encargos e sem qualquer custo adicional para a entidade adjudicante para além do pagamento do preço contratado;
  - b) Entregar, instalar e configurar o material ou equipamento incluído no sistema de videovigilância objeto do contrato, respeitando integralmente as especificações e características técnicas constantes do caderno de encargos, no prazo e no local contratados;

- c) Fornecer, instalar e configurar o referido sistema, bem como o material ou equipamento que o constitui, sem qualquer defeito ou deficiência que, por qualquer forma, limite, prejudique ou impeça a sua plena utilização pelo adjudicatário ou os benefícios a retirar dessa utilização;
  - d) Fornecer o referido material ou equipamento em estado de novo e sem qualquer utilização anterior, sendo vedado o fornecimento de equipamento cuja produção tenha sido descontinuada pelo respetivo fabricante;
  - e) Substituir, em prazo não superior a dois dias, o material ou equipamento que não cumpra o atrás exigido;
  - f) Garantir o bom funcionamento do sistema fornecido e instalado, bem como de todo o material ou equipamento que o constitui, por período não inferior a dois anos, contados da data da sua entrega à entidade adjudicante;
  - g) Garantir a continuidade de fabrico e fornecimento do material ou equipamento fornecido e instalado ou o fornecimento de material ou equipamento equivalente, integralmente compatível com o sistema instalado, por período não inferior a seis anos;
  - h) Entregar todos os documentos necessários à exploração do sistema a fornecer, designadamente manuais de instruções, esquemas e projetos;
  - i) Entregar todos os documentos e informações necessárias à realização de operações de manutenção básica pelos meios próprios da entidade adjudicante, designadamente manuais técnicos;
  - j) Manter um contacto de serviço de *helpdesk*, sempre disponível, nos dias úteis, das 9.00 às 18.00;
  - k) Comunicar todas as alterações que durante a execução do contrato se verifiquem quanto à identidade dos seus legais representantes, nomeadamente administradores, gerentes ou procuradores, bem como ao seu nome ou denominação social, endereço ou sede social, objeto social ou quaisquer outros factos que interessem à execução do contrato.
3. O adjudicatário assegura, a expensas suas, a disponibilização de todas as peças, ferramentas e meios técnicos necessários à instalação dos equipamentos que integram o sistema a fornecer.

#### CLÁUSULA 9.<sup>a</sup> - ACEITAÇÃO E TESTES

1. Quando considerar ter concluído o fornecimento contratado, o adjudicatário dá conhecimento do facto, por escrito, à entidade adjudicante, preferencialmente por meio eletrónico, para os endereços identificados na Cláusula 21.<sup>a</sup>.
2. Após a comunicação referida no número anterior, a entidade adjudicante procede à verificação do integral cumprimento do contrato pelo adjudicatário, incluindo a realização de todos os testes necessários à confirmação do bom funcionamento do sistema de videovigilância fornecido, bem como da sua conformidade com os requisitos e características técnicas indicados no presente caderno de encargos e na proposta adjudicada.
3. A entidade adjudicante remete ao adjudicatário, no prazo de cinco dias úteis contados da comunicação referida no n.º 1, um relatório com o resultado da verificação prevista no número anterior e, se este relatório considerar integralmente cumprido o fornecimento contratado, emite no mesmo prazo um auto de aceitação, que é assinado pelos representantes do adjudicatário e da entidade adjudicante.

#### **CLÁUSULA 10.<sup>a</sup> - LICENÇAS**

1. As licenças de utilização de todo o software integrante do sistema fornecido são entregues à entidade adjudicante pelo adjudicatário sem qualquer limite temporal, não estando sujeitas a quaisquer renovações ou revalidações que impliquem quaisquer custos adicionais além do pagamento do preço contratual.
2. As licenças de utilização de todo o software fornecidas à entidade adjudicante pelo adjudicatário incluem, no mínimo, e sem limite temporal, todas as atualizações de serviço emitidas pelo fabricante para a mesma versão do programa, designadamente as atualizações destinadas à correção de erros (*bugs*) ou quebras de segurança.

#### **CLÁUSULA 11.<sup>a</sup> - FORMAÇÃO**

O adjudicatário realiza, por referência a cada um dos lotes, em data a acordar com a entidade adjudicante, no prazo máximo de uma semana após a aceitação:

- a) As ações de formação necessárias para habilitar o pessoal do estabelecimento prisional a utilizar e explorar o sistema instalado, incluindo um mínimo de sete

horas de formação para dez a doze pessoas;

- b) As ações de formação necessárias para habilitar o pessoal do Setor de Manutenção da Divisão de Equipamentos de Segurança da entidade adjudicante a efetuar operações de manutenção básica, incluindo um mínimo de doze horas de formação para até oito pessoas.

#### **CLÁUSULA 12.<sup>a</sup> - GARANTIA TÉCNICA E SOBRESSALENTES**

1. Nos termos da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a eles relativas, o adjudicatário garante o bom funcionamento dos bens e os serviços objeto do contrato a celebrar pelo prazo mínimo de dois anos a contar da data da assinatura do auto de receção, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação dos bens e serviços.
2. A garantia atrás referida abrange, sem quaisquer custos para a entidade adjudicante:
  - a) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
  - b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
  - c) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
  - d) O fornecimento, a montagem e instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
  - e) O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição, bem como a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
  - f) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
  - g) A mão-de-obra.
3. A reparação ou substituição é realizada no prazo máximo de dois dias.
4. O adjudicatário garante o fornecimento e instalação de todas as peças, componentes e equipamentos sobressalentes necessários ao funcionamento do



sistema instalado, idênticos aos fornecidos, ou tecnicamente equivalentes com o mesmo valor, integralmente compatíveis com o referido sistema, pelo prazo de seis anos.

5. O preço unitário dos sobressalentes referidos no número anterior, bem como o preço unitário da mão-de-obra da sua instalação, não podem ser superiores ao preço constante da proposta, acrescido do valor correspondente à aplicação da taxa anual de inflação acumulada desde a aceitação, mais 1% por cada ano decorrido desde a aceitação.

### **CLÁUSULA 13.<sup>a</sup> - DEVER DE SIGILO**

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante ou à segurança dos estabelecimentos prisionais, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. Exclui-se do dever de sigilo a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da obtenção pelo adjudicatário ou que este seja obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
3. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
4. O adjudicatário, os seus representantes e o pessoal técnico ao seu serviço ficam, em especial, obrigados a rigoroso sigilo quanto aos procedimentos de segurança, bem como quanto às características das instalações e dos dispositivos de segurança dos estabelecimentos prisionais, incluindo as características do sistema de videovigilância a instalar pelo adjudicatário.
5. O adjudicatário deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

6. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula é extensível aos agentes, funcionários, colaboradores do adjudicatário ou terceiros que as mesmas envolvam, respondendo este solidariamente perante a entidade adjudicante perante o incumprimento da presente obrigação.

#### **CLÁUSULA 14.<sup>a</sup> - REGRAS DE SEGURANÇA E HIGIENE**

1. O pessoal ao serviço do adjudicatário fica obrigado ao cumprimento integral das regras, orientações, instruções e determinações relativas à segurança que lhe sejam transmitidas pelo pessoal da entidade adjudicante.
2. O pessoal ao serviço do adjudicatário fica obrigado ao cumprimento integral das orientações e recomendações da Direção-Geral de Saúde, assim como das regras, orientações, instruções e determinações relativas à higiene que lhe sejam transmitidas pelo pessoal da entidade adjudicante.
3. Em caso de incumprimento das obrigações constantes nos dois números anteriores, pode a entidade adjudicante determinar ao adjudicatário que proceda à imediata substituição desse pessoal e impedir a sua permanência no interior do estabelecimento prisional.

#### **CLÁUSULA 15.<sup>a</sup> - FORÇA MAIOR**

1. Não podem ser impostas penalidades, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, nomeadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;

- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **CLÁUSULA 16.<sup>a</sup> - PENALIDADES**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir ao adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
- a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos bens e de conclusão dos serviços objeto do contrato, até 5% do preço contratual por cada semana de atraso, até ao limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;
  - b) Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 10% do preço contratual;
  - c) Pelo incumprimento da obrigação de continuidade de fabrico e de fornecimento de sobressalentes, até 10% do valor do preço contratual.

2. A penalidade referida no número anterior não exime o adjudicatário, em caso algum, da responsabilidade de indemnizar pelos danos resultantes do incumprimento de quaisquer obrigações contratuais estabelecidas no âmbito do objeto do presente procedimento.
3. A sanção aplicada será descontada na fatura imediatamente seguinte ao facto que a originou ou, caso tal não seja possível, será emitida nota de crédito.
4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, a entidade adjudicante pode exigir-lhe o pagamento de uma sanção pecuniária até 20% do preço contratual.
5. Ao valor da sanção pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos bens e serviços objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.
6. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante, tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
7. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos dos números anteriores.
8. As sanções pecuniárias não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.
9. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do Código dos Contratos Públicos.

#### **CLÁUSULA 17.<sup>a</sup> - DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL OU INDUSTRIAL**

São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes registadas, licenças ou de outros direitos de propriedade intelectual ou industrial, no âmbito do contrato a celebrar na decorrência do presente procedimento.

#### **CLÁUSULA 18.<sup>a</sup> - PROTEÇÃO E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**

1. O Adjudicatário compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) - Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, designadamente:
  - a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante, única e exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;
  - b) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
  - c) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a entidade adjudicante esteja especialmente vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
  - d) Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da entidade adjudicante, nomeadamente contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;
  - e) Prestar à entidade adjudicante toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do contrato;
  - f) Manter a entidade adjudicante informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
  - g) Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados, por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao adjudicatário, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o adjudicatário e o referido colaborador;

- h) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
  - i) Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por esta ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;
  - j) Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais e implementar um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;
  - k) Prestar a assistência necessária à entidade adjudicante no sentido de permitir que esta cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso, retificação, oposição, apagamento, limitação e portabilidade dos seus dados pessoais;
  - l) Garantir a eficácia de mecanismo de notificação efetivo em caso de violação de dados pessoais para efeitos do cumprimento do previsto no artigo 33.º do RGPD.
2. O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis.

#### **CLÁUSULA 19.<sup>a</sup> - CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL**

- 1. O adjudicatário não pode ceder a sua posição contratual, ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, sem autorização da entidade adjudicante.
- 2. A autorização da cessão da posição contratual depende:
  - a) Da prévia apresentação dos documentos de habilitação relativos ao potencial

- cessionário que sejam exigidos ao cedente na fase de formação do contrato;
- b) Do preenchimento, por parte do potencial cessionário, dos requisitos mínimos de capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.

#### **CLÁUSULA 20.<sup>a</sup> - GESTOR DO CONTRATO**

1. Para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, será designado um gestor do contrato pela entidade adjudicante.
2. No início da execução do contrato a celebrar, o adjudicatário fornecerá igualmente os contactos do gestor nomeado para efeitos de acompanhamento daquele:
  - a) Morada;
  - b) Telefone e telemóvel;
  - c) Endereço eletrónico.

#### **CLÁUSULA 21.<sup>a</sup> - COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES**

1. Quaisquer comunicações ou notificações entre as partes do contrato são efetuadas com aviso de entrega.
2. As comunicações ou notificações feitas por carta registada primordialmente através do endereço de correio eletrónico [dcp@dgrsp.mj.pt](mailto:dcp@dgrsp.mj.pt) e [des@dgrsp.mj.pt](mailto:des@dgrsp.mj.pt), com aviso de receção consideram-se recebidas na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
3. As comunicações ou notificações efetuadas por correio eletrónico consideram-se recebidas na data constante na respetiva comunicação de receção transmitida pelo recetor para o emissor.
4. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte nos termos dos números anteriores.

#### **CLÁUSULA 22.<sup>a</sup> - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Em tudo o que o presente caderno de encargos for omissivo, observar-se-á o disposto no CCP e demais legislação aplicável.

### **CLÁUSULA 23.<sup>a</sup> - FORO COMPETENTE**

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa.

## **PARTE II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

### **CLÁUSULA 24.<sup>a</sup> - DISPOSIÇÕES TÉCNICAS GERAIS**

1. As disposições técnicas gerais e especiais respeitantes ao lote 1 constam do anexo A.
2. As disposições técnicas gerais e especiais respeitantes ao lote 2 constam do anexo B.
3. Os anexos A e B fazem parte integrante do presente caderno de Encargos.